

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/09/2025

ICP
Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



continuação

tuição não tiver expectativa razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele. • A instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou reter os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo. **a.1) Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda") e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é reconhecido quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo. Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. **Instrumentos financeiros – apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Valor justo dos instrumentos financeiros:** O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo dos instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado, referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa nº 11.2. **c) Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. **d) Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. **e) Investimentos e base de consolidação: e.1) Investimentos em empresas controladas:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades (incluindo entidades estruturadas) controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: • tem poder sobre a investida; • está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: • a dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto; • direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes; • direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras. Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo, são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **e.2) Mudanças nas participações do Grupo em controladas existentes:** Nas demonstrações contábeis, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas, são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores, são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações, pagas ou recebidas, é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia. Quando o Grupo perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ação) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em "Outros resultados abrangentes" relacionados à controlada, são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelas IFRS's aplicáveis). **e.3) Investimentos em coligadas e joint ventures:** Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (joint venture). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas contábeis e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas. Uma joint venture é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou joint ventures são incorporados nestas demonstrações contábeis consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento, ou uma parcela dele, é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (equivalente ao CPC 31). De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada ou joint venture é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação do Grupo no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada ou joint venture. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou joint venture ultrapassa a participação do Grupo nessa coligada ou joint venture (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em sua essência, formam parte do investimento líquido do Grupo na coligada ou joint venture), o Grupo deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que o Grupo incorreu em legais ou presumidas ou assumiu obrigações em nome da coligada ou joint venture. **e.4) Consórcios:** A Controladora e suas controladas participam de consórcios em diversos empreendimentos e os consolidam na proporção dos respectivos percentuais de participação. **f) Tributação: f.1) Impostos de renda correntes:** A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada, individualmente, por cada entidade do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. **f.2) Impostos de renda diferidos:** O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido"), é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos, não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ação ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **g) Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **h) Provisões:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **i) Distinção entre ativos e passivos circulares e não circulares:** A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo; a norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional. **j) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **k) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **l) Reconhecimento da receita: l.1) Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção:** A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. O estágio de conclusão é avaliado pela referência física ou financeira dos trabalhos realizados. O critério a ser adotado depende dos termos de cada contrato e de todos os fatos e circunstâncias relacionadas. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **m) Participação nos resultados:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa referentes à provisão de participação nos resultados do exercício. A administração utiliza como base de cálculo dessa provisão, o resultado associado a uma métrica de atingimento de metas e objetivos específicos, os quais são estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. **n) Ganhos e perdas atuariais do plano de assistência médica e outros custos de planos de benefícios a colaboradores:** A Companhia concede também determinados benefícios de extensão de assistência médica a colaboradores aposentados que tenham o direito ao benefício. Os custos associados às contribuições efetuadas pela Companhia e por suas controladas aos planos são reconhecidos, pelo regime de competência, como outros resultados abrangentes. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente. **o) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). **2.4. Novas normas, interpretações e alterações já adotadas no período corrente:** A Companhia identificou alterações às IFRS's e CPC's que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2023: • Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC32/IAS12). • Definição de estimativas contábeis (alterações ao CPC23/IAS8). A aplicação desta norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **Definição de um negócio (alteração a IFRS3):** As alterações a IFRS 3 são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020. A Empresa deve aplicar a definição revisada de um negócio para as aquisições que ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020 para determinar se deveriam ser contabilizadas de acordo com a IFRS 3. Não é permitido reavaliar aquisições ocorridas antes da data de vigência da referida revisão. **2.5. Novas normas que ainda não estão em vigor: Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. **Outras normas:** Para as seguintes normas ou alterações, a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • **Alteração na norma IAS 16 Imobilizado** – Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022; • **Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020** efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022; • **Alteração na norma IFRS 3** – inclui alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022; • **Alteração na norma IFRS 17** – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • **Alteração na norma IAS 1** – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • **Alteração na norma IFRS 4** – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e • **Alteração nas normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16** (Reforma da Taxa de Juros de Referência – IBOR "fase 2") – As alterações são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, e esclarecem aspectos referentes à definição da taxa de juros de referência para aplicação dessas normas. • **Arranjos financeiros de fornecedores** alterações ao CPC40/IFRS7 e CPC03/IAS38 a partir de 1º de janeiro de 2024. • **Ausência de permutabilidade de moeda** (alterações ao CPC02/IAS21) a partir de 1º de janeiro de 2025. • **Classificação de passivos como circulante ou não circulante** (alterações ao CPC26(R1)/IAS1) – A partir de 1º de janeiro de 2024, a aplicação desta interpretação não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entrarão em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas. **3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas – 3.1. Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com as normas IFRS's e os CPC's, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas quanto às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, provisões, custo orçado dos empreendimentos e contratos de construção, garantias e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. **3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: a) Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas, poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **b) Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **b.1) Reconhecimento de receita e margem dos contratos de construção e provisões para contratos:** O resultado estimado dos contratos é revisado mensalmente durante a execução dos contratos, e representa a melhor estimativa dos benefícios econômicos futuros do contrato, bem como os riscos e obrigações

a ele associados. Quando a revisão do resultado estimado dos contratos indica que os custos totais do contrato excedam à receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como uma despesa no resultado do exercício. **b.2) Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **b.3) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023
9.196	1.251	12.915	21.213
95	4.842	98	4.842
-	-	72	72
-	-	10	9
9.291	6.093	13.095	7.118
Certificados de depósito bancário – CDB			
Aplicações financeiras			
Demais aplicações financeiras			
9.291	6.093	13.095	7.118
As aplicações financeiras são basicamente, operações vinculadas e CDB's remunerados por taxas que variam entre 75,00% a 108,00% do CDI. Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa, têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.			

5. Contas a receber

Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023
214.398	284.120	1.352.890	1.276.830
13.461	12.702	255.562	216.525
85.575	57.042	69.806	52.500
-	-	-	-
-	-	-	-
214.398	284.120	1.352.890	1.276.830
Partes relacionadas (Nota 7.2)			
Ajuste a valor presente			
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (b)			
(119.343)	(225.011)	(743.095)	(677.701)
119.091	128.853	935.169	868.154
74.272	87.933	907.141	826.024
44.819	40.920	28.028	42.130
119.091	128.853	935.169	868.154
Em 31 de dezembro de 2024, tem-se um saldo consolidado de contas a receber de clientes no ativo não circulante, provenientes de direitos a receber no Brasil e Exterior, dos governos Federal, Estadual e Municipal. Tais créditos se referem, substancialmente, a serviços prestados, medidos, aprovados e cujas faturas emitidas estão em aberto, para as quais estão sendo tomadas medidas administrativas e judiciais de cobrança. Considerando as características e natureza destes créditos, a Administração da Companhia não espera incorrer em perdas adicionais. (b) A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise da situação financeira de cada cliente e, em caso de processos judiciais de cobrança, em pareceres da respectiva assessoria jurídica e é considerada suficiente pela administração para a cobertura de eventuais riscos de crédito.			

Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023
74.200	86.814	136.073	163.496
-	-	6.329	-
-	-	560	6.245
-	-	-	1.078
-	-	-	1.689
-	-	613.062	516.777
239.162	265.932	919.216	856.570
313.434	353.864	1.678.264	1.545.855
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa			
(194.343)	(225.012)	(743.095)	(677.701)
119.091	128.852	935.169	868.154

Movimentação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa:

Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023
(225.011)	(225.012)	(677.701)	(677.701)
-	1	(18.041)	-
30.668	-	30.668	-
-	-	(78.021)	-
(194.343)	(225.011)	(743.095)	(677.701)

5.1. Contratos de construção

Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023
82.886	87.032	168.366	196.430
82.886	87.032	168.366	196.430
(71.678)	(79.235)	(177.147)	(203.817)
(9.374)	(11.130)	(27.345)	(26.397)
(3.081)	(1.050)	(193.184)	(163.357)
(84.133)	(91.415)	(397.616)	(393.571)

Quantia bruta devida ao contratante

Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023
82.886	87.032	168.366	196.430
82.886	87.032	168.366	196.430
(71.678)	(79.235)	(177.147)	(203.817)
(9.374)	(11.130)	(27.345)	(26.397)
(3.081)	(1.050)	(193.184)	(163.357)
(84.133)	(91.415)	(397.616)	(393.571)

Saldo líquido contratos de construção em curso

Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023
(1.247)	(4.383)	(297.616)	(197.141)

6. Estoques

Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023
8.717	2.463	15.982	9.508
(10)	(10)	2.084	2.084
10.982	1.766	5.315	6.367
10.982	4.219	23.817	17.599
(9.313)	(4.219)	(19.498)	(5.688)
1.369	-	3.883	12.271

7. Partes relacionadas – A Companhia e suas controladas mantêm transações comerciais com companhias do grupo. As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, sejam administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas sob condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. **7.1. Mútuos ativos e passivos:** A seguir, estão demonstradas, pelo saldo líquido, as operações de conta corrente intercompany e compra e venda de ativos entre as entidades do grupo. Em 2021, a Companhia e determinadas empresas do Grupo COESA reorganizaram os saldos de conta corrente intercompany, através de instrumentos de cessação de crédito e de assunção de dívidas, visando a adequação de sua estrutura societária e de capital, de maneira a refletir, do ponto de vista jurídico, as eliminações contábeis dos saldos de conta corrente intercompany que já ocorriam no balanço consolidado da Companhia.

Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023
44.404	46.787	-	46.786
6.107	6.107	-	-
2.316	2.316	-	-
18.364	18.364	-	-
877.281	793.104	-	-
285.269	289.264	-	-
155	-	4.866.756	4.146.875
6.218	6.218	12.349	11.931
-	-	53.323	52.793
-	-	4.557	-
18	-	1.364.104	1.100.345
10.257	10.257	-	-
7.008	244	2.509	1.057
1.257.397	1.168.666	6.303.598	5.359.787
1.257.397	1.168.666	6.303.598	5.359.787
-	-	30.000	80.000
1.257.397	1.168.666	6.273.598	5.279.787
1.257.397	1.168.666	6.303.598	5.359.787

Passivo

Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023
3.928	7.374	-	-
13.400	13.400	-	-
146.915	146.915	-	-
-	-	8.719.529	7.327.141
26.917	27.378	-	-
-	-	13.726	13.753
44.769	44.769	-	-
12.460	-	14.582	-
676	1.095	-	-
1.095	-	-	-
-	8.126	-	19
72.290	72.301	72.289	72.302
-	-	9.914	9.263
53.716	53.715	-	-
2.236	11.894	51.855	39.796
378.402	386.967	8.881.895	7.462.274
378.402	386.967	8.881.895	7.462.274

Passivo não circulante

Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023
378.402	386.967	8.881.895	7.462.274

a) No âmbito do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia assumiu como devedor principal, dívidas originalmente devidas pela Construtora OAS – T&T e Uruguai junto a instituições financeiras, respectivamente, para as quais havia concedido aval ou garantia antes da

continuação

continuação

da sua recuperação judicial. Tendo assumido e reestruturado tais créditos, a Companhia reconheceu em contrapartida, crédito contra essas sucursais, em razão do seu direito de regresso. (a) Refere-se a saldo de conta corrente entre as partes, sem a incidência de encargos financeiros; **Saldos com partes relacionadas sujeitos à Recuperação Judicial:** Conforme mencionado na nota 1.2, os saldos que a Companhia mantém com outras empresas, e que estão sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial, foram reclassificados para título a receber e a pagar.

7.2. Transações comerciais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo Total	32.432	56.010	16.663	51.468
Ativo circulante	–	1	1.023	12.251
Ativo não circulante	32.432	56.009	15.640	39.217
Total	32.432	56.010	16.663	51.468

Nas rubricas "contas a receber" e "receita bruta" estão apresentados os saldos das transações comerciais realizadas com as partes relacionadas da Companhia. Nas entidades com sede no Brasil, as receitas e os recebíveis estão relacionados, substancialmente, à prestação de serviços de construção.

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IR e CSLL retidos na fonte (a)	641	773	2.662	2.953
IVA (b)	–	–	3.770	3.288
Inss a recuperar	–	–	784	778
Outros	9	46	32	592
Total	650	819	7.248	7.611
Circulante	650	819	7.240	7.597
Não circulante	–	–	8	14
Total	650	819	7.248	7.611

a) Refere-se a saldos de IR e CSLL oriundos de impostos retidos sobre rendimentos de aplicações financeiras e sobre os recebimentos de faturas. b) Refere-se a saldo de Imposto sobre valor agregado oriundo de operações de controladas no exterior, principalmente sobre a controlada Sucursal Peru e OAS Energy GmbH.

9. Investimentos – Informações sobre empresas investidas

	Ativo total		Passivo total		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Resultado do exercício	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Controladas	160.711	177.422	78.677	165.324	82.034	12.098	(17.831)	2.502
Coesa Engenharia Ltda	393	331	–	365	393	(34)	–	–
Construtora OAS – Angola	346	1.232	487	4.194	(141)	(2.962)	(29)	–
Construtora OAS – Argentina	1.383.584	1.218.004	3.115.345	2.892.190	(1.731.761)	(1.674.186)	(68.141)	(270.378)
Construtora OAS – Bolívia	586	573	141.707	230.605	(141.121)	(230.032)	11.393	–
Construtora OAS – Chile	1.944	1.521	501	1.955	1.443	(434)	(1)	–
Construtora OAS – Colômbia	228.399	164.208	435.106	318.319	(206.707)	(154.111)	–	–
Construtora OAS – Costa Rica	17.714	14.926	117.149	100.863	(99.435)	(85.937)	–	–
Construtora OAS – Equador	730	615	8.251	7.004	(7.521)	(6.389)	–	–
Construtora OAS – Guatemala	115.417	97.251	2.758	229.364	112.659	(132.113)	(141)	–
Construtora OAS – Haiti	3.484	3.027	18.687	16.240	(15.203)	(13.213)	–	–
Construtora OAS – Honduras	367	309	7.442	11.697	(7.075)	(11.388)	–	–
Construtora OAS – Panamá	820.318	670.154	1.580.627	926.814	(760.309)	(256.660)	(572.737)	–
Construtora OAS – Peru	–	–	481	2.842	(481)	(2.842)	(12)	–
Construtora OAS – RD	5.172.696	4.362.564	5.627.830	4.774.202	(455.134)	(411.638)	(15.040)	–
Construtora OAS – T & T	262.623	241.886	685.269	670.016	(422.646)	(428.130)	24.602	–
Construtora OAS – Uruguai	21	–	10.240	1.827	(10.219)	(1.827)	(11.048)	–
Construtora OAS – Venezuela	14.318	12.079	3.523	17.306	10.795	(5.227)	–	–
Edificações Itaigara	802	802	4.202	17.764	(3.400)	(16.962)	(60)	(42)
Gandines	437.810	322.206	945.942	125.311	(508.132)	196.895	109.161	–
OAS African	414.224	349.167	746.852	728.390	(332.628)	(379.223)	(195)	–
OAS Energy GMBH	165.204	124.131	28.267	16.399	136.937	107.732	8.146	–
OAS International Engineering GMBH	2.823	2.135	1.808	3.878	1.015	(1.743)	2.438	–
COESA Logística e Comercio Exterior S.A.	28.200	28.643	25.828	28.214	2.372	429	(43)	(522)
Rodoanel Sul 5 Ltda	1.464	1.464	30.812	148.740	(29.348)	(147.276)	24	(15)
South Africa	96	90	6	1.757	90	(1.667)	–	–
Coesa Engenharia e Construção S.A	462.854	429.856	180.047	124.870	282.807	304.986	(20.829)	–
Controladas em conjunto	7.147	11.077	1.219	4.665	5.928	6.412	(106)	–
ECovap	116.698	29.116	68.405	(19.177)	48.293	48.293	28.394	3.135
EPASA	18.491	5.693	3.012	946	15.479	4.747	(64)	(1.371)
EPP Energia	1.025.613	1.025.613	1.176.143	1.176.143	(150.530)	(150.530)	–	–
Porto Novo	–	–	–	–	–	–	–	–

Informações sobre empresas investidas – movimentações ocorridas (controladora)

	Saldos em 31/12/23		Movimentação do exercício		Saldos em 31/12/24	
	Investi-mentos	Provisão para perda	Integra-lização	Equivalência patrimonial	Ajuste avaliação patrimonial	Investi-mentos
Participações no Brasil	1.412	–	–	(106)	–	1.306
ECOVAP	–	(12.589)	–	–	10	–
Rodoanel Sul 5 Ltda	–	(52)	–	–	–	–
Inambari S.A.	–	(1.679)	–	–	52	–
Edificações Itaigara	–	–	–	–	(25)	–
COESA Logística e Comercio Exterior S.A.	2.416	–	–	(43)	–	2.373
SPE Ponte Estaiada	1.116	–	10	(32)	–	1.094
COESA Engenharia Ltda.	99.866	–	–	(17.831)	–	82.035
COESA Construção e Montagens	162.772	–	–	(11.117)	(722)	150.933
EPP LTDA	–	–	–	1	–	1
Subtotal	267.582	(14.320)	10	(29.128)	(15)	237.742
Participações no Exterior	3.289	–	–	7.099	–	1.685
EPASA S.A.	–	(1.393.243)	–	–	(68.141)	(270.378)
Sucursal Bolívia	–	(413.229)	–	–	24.602	(34.018)
Sucursal Uruguai	–	(83.785)	–	–	–	(15.650)
Sucursal Equador	–	(150.141)	–	–	11.393	(2.372)
Sucursal Chile	–	(86.622)	–	–	(572.737)	(100.950)
Sucursal Peru	–	(517)	–	–	(29)	406
Sucursal Argentina	95.064	–	–	(141)	–	17.736
Sucursal Haiti	1.129	–	–	(1)	–	315
Sucursal Colômbia	–	(429)	–	–	(12)	(40)
Sucursal República Dominicana	–	(148.613)	–	–	–	(58.094)
Sucursal Costa Rica	–	(1.827)	–	–	–	2.655
Sucursal Venezuela	–	(369.000)	–	–	(11.048)	(71.094)
Sucursal Trinidad & Tobago	–	(5.961)	–	–	(15.040)	(1.114)
Sucursal Panamá	–	(6.337)	–	–	–	(1.184)
Sucursal Guatemala	–	(13.208)	–	–	–	(1.995)
Sucursal Honduras	332	–	–	–	–	62
Sucursal Angola	4.462	–	–	–	–	827
Construtora OAS LLC (Qatar)	110.711	–	–	8.146	–	18.079
OAS Energy GMBH	–	(1.504)	–	2.438	–	82
OAS International Engineering gmbh	84	–	–	–	–	5
Construtora Oas South Africa Ltd.	–	(280.087)	–	–	(195)	(211.790)
OAS AFRICAN	–	–	–	–	–	–
Consortorio Puente Chachao S.A.	–	(487.025)	–	–	72.547	68.418
Gandines	–	–	–	–	(558.660)	(658.409)
Subtotal	215.071	(3.441.528)	10	17.541	(558.675)	269.899
Total	482.653	(3.455.848)	10	(11.587)	–	507.641

Informações sobre empresas investidas – movimentações ocorridas (consolidado)

	Saldos em 31/12/23		Movimentação do exercício		Saldos em 31/12/24	
	Investimentos	Provisão para perda	Integralização	Equivalência patrimonial	Ajuste avaliação patrimonial	Investimentos
Participações no Brasil	1.412	–	–	(106)	–	1.306
ECOVAP	51	–	–	–	–	–
OGI Assets Ltd	–	–	–	1	–	(51)
EPP LTDA	–	–	–	(32)	–	–
SPE Ponte Estaiada	1.116	–	10	(137)	–	–
Subtotal	2.579	–	10	–	(51)	–
Participações no Exterior	3.289	–	–	7.099	1.685	–
EPASA S.A.	–	(51)	–	–	–	51
Inambari S.A.	–	–	–	–	–	1
Construtora OAS – Ghana Ltd	–	–	–	1	–	–
Subtotal	3.289	(51)	–	7.100	1.685	52
Total	5.868	(51)	10	6.963	1.685	1

10. Imobilizado

	2024		2023		Taxas médias de depre- acumulação líquido	
	Custo	Saldo	Custo	Saldo	2024	2023
Controladora	2.210	2.210	2.210	2.210	–	–
Terrenos	50.428	(49.217)	1.211	1.359	17,37	17,37
Máquinas e equipamentos	2.946	(2.811)	135	76	20,00	20,00
Equipamentos de informática	8.116	(7.868)	248	407	10,00	10,00
Veículos e utensílios	2.789	(2.122)	667	477	21,08	21,08
Móveis	1.476	(1.302)	174	720	9,14	9,14
Outros	67.965	(63.320)	4.645	5.249	–	–
Total	67.965	(63.320)	4.645	5.249	–	–

Consolidado

	2024		2023		Taxas médias de depre- acumulação líquido	
	Custo	Saldo	Custo	Saldo	2024	2023
Terrenos	10.751	(10.751)	10.371	10.371	–	–
Máquinas e equipamentos	162.762	(144.557)	18.205	18.678	17,37	17,37
Equipamentos de informática	4.860	(4.659)	201	157	20,00	20,00
Móveis e utensílios	43.824	(34.179)	9.645	9.065	10,00	10,00
Veículos	61.481	(60.066)	1.415	1.361	21,08	21,08
Outros	4.545	(3.305)	1.240	17.774	9,14	9,14
Impairment	(35.634)	17.961	(17.673)	(33.728)	–	–
Total	252.589	(228.805)	23.784	23.678	–	–

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado:

Movimentação do Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	5.249	8.932	23.678	27.554
Aquisições	4.901	5.033	4.936	6.335
Baixas, líquidas de depreciação	(4.907)	(2.020)	(4.906)	(9.535)
Variação cambial	–	–	(486)	2
Variação de participação	–	(172)	–	1.647
Depreciação	(598)	(6.524)	(1.048)	(6.534)
Impairment	–	–	1.610	4.209
Saldo final	4.645	5.249	23.784	23.678

11. Outros ativos e passivos financeiros

11.1. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
Empréstimos	–	–	–	–	
Conta garantida	Moeda	Encargos finan- ceiros anuais	Ano de vencimento	2024	2023
Passivo circulante	RS	1,00% e 13,00%	de 2016 a 2040	4.152	4.152
Passivo não circulante	–	–	–	–	–
Total	–	–	–	4.152	4.152

Empréstimos

	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
Conta garantida	RS	128,00% CDI e de 1,00% a 13,20%	de 2024 a 2027	161.781	128.686
Financiamentos	RS e USD	100,00% CDI e 1,13% a 8,08% + 2,50% a 10,71% + TJLP e 115,00% CDI e 13,00%	de 2017 a 2024	4.652	4.651
Total	–	–	–	167.711	134.415
Passivo circulante	–	–	–	124.893	110.997
Passivo não circulante	–	–	–	42.818	23.418
Total	–	–	–	167.711	134.415

Garantias As controladas da Companhia possuem diversos empréstimos nos quais ativos reais fornecem garantia aos respectivos credores. Derivativos A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos em 2024 e 2023.

11.2. Valor justo

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo apresentados nas demonstrações contábeis.

Ativos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	9.291	9.291	13.095	13.095
Contas a receber de clientes	119.091	119.091	935.169	935.169
Passivos financeiros	475.173	475.173	1.383.180	1.383.180
Fornecedores	–	–	167.711	167.711
Empréstimos bancários	–	–	202.820	202.820
Outras obrigações	297.313	297.313	–	–
Total	–	–	–	–

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo. • Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações se aproximam do seu valor de mercado. • Valores a receber a longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pelo Grupo com base em parâmetros tais como taxas de juros, fatores de riscos específicos de cada país, credibilidade individual do cliente e as características de risco do projeto financiado. Com base nessa avaliação, são constituídas provisões para fazer face às perdas esperadas nesses valores a receber. Em 31 de dezembro de 2024, o valor contábil desses valores a receber, líquido das provisões, se aproxima de seu valor justo. • Os valores justos dos passivos financeiros com cotação no mercado secundário são baseados nos preços na data das demonstrações contábeis. Se o mercado de um passivo financeiro não estiver listado, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referências a outros instrumentos que são substancialmente similares ou a análise de fluxos de caixa descontados. Este cálculo é feito com base nas cotações da BM&F BOVESPA. • A contratação de instrumentos financeiros de derivativos junto às instituições financeiras, são realizadas pelo grupo considerando classificações de crédito de grau de investimento, com o objetivo de proteção dos riscos relacionados a moedas estrangeiras. Instrumentos derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Para os contratos de swap, tanto o valor presente da conta ativa quanto da conta passiva, são estimados pelo desconto dos fluxos de caixa projetados pela taxa de juros de mercado da moeda em que o swap é denominado. O valor justo do contrato é a diferença entre as duas pontas. Para o cálculo das opções (call spread) foi utilizado o modelo de Black-Scholes. Os dados de volatilidades foram obtidos através da Bloomberg, e as taxas de juros foram obtidas da BM&F BOVESPA para apuração dos valores justos. Hierarquia de valor justo: O Grupo

continuação

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado										
	2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023									
(-) Imposto de renda e Contribuição social não reconhecidos	189.951	7.103	183.552	7.934	Materiais de consumo e aplicação	(2.153)	(46.028)	(14.901)	(62.063)									
Outros	(366.150)	210.467	(372.331)	211.535	Custo de mercadoria vendida	(7)	(126)	(229)	(126)									
Imposto de renda e contribuição social no resultado	64.287	1	63.726	1	Depreciação e amortização	(619)	(1.536)	(1.484)	(1.928)									
Imposto de renda e Contribuição social Correntes	–	–	–	(151)	Viagens e representações	(64)	(32)	(1.123)	(1.235)									
Imposto de renda e Contribuição social Diferidos	64.287	–	63.877	1	Impostos e taxas	(387)	(4.893)	(589.108)	(6.643)									
Imposto de renda e contribuição social no resultado	64.287	1	63.726	1	Baixa de contas a receber	–	–	(650)	(56)									
Composição dos impostos diferidos:					Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	30.667	–	12.626	–									
	Controladora		Consolidado		Provisão para contingências	(165.578)	–	(172.601)	–									
	2024	2023	2024	2023	Perda para redução ao valor recuperável "impairment"	(5.728)	44.009	(12.082)	45.351									
Ativos	189.950	(113.878)	190.647	(113.878)	Outros	14.856	491.110	83.889	491.143									
Provisão para perda de Investimento	–	–	–	–	Total	(206.597)	372.639	(847.362)	295.520									
Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa	10.427	–	16.172	53	Custos dos serviços prestados	(56.920)	(122.646)	(114.777)	(196.642)									
Prejuízo fiscal e base negativa	479.564	479.564	536.654	489.856	Despesas gerais e administrativas	(21.868)	(28.903)	(623.612)	(39.429)									
Outras provisões temporárias	1.022.941	969.082	1.032.497	973.869	Outras receitas (despesas), líquidas	(127.809)	524.188	(108.973)	531.591									
Subtotal	1.702.882	1.334.768	1.775.970	1.349.900	Total	(206.597)	372.639	(847.362)	295.520									
Provisão para não realização de IR/CS diferidos	(1.536.934)	(1.233.276)	(1.583.660)	(1.233.276)	22. Outras Receitas (despesas) operacionais, líquidas													
(-) Compensação com o passivo	6.956	23.972	(15.459)	19.133		Controladora		Consolidado										
Total	172.904	125.464	176.851	135.757		2024	2023	2024	2023									
Passivos					Baixa de contas a receber	–	–	–	(56)									
Lucro diferido de obras	–	–	(6.673)	(491)	Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	30.667	–	12.626	–									
Ajuste a valor justo	–	–	(15.759)	(10.300)	Provisão para contingências	(165.578)	–	(172.601)	–									
Outras provisões temporárias	1	–	(954)	(941)	Resultado na venda de imobilizado e residual baixado	(46)	(2.020)	(47)	(2.008)									
Subtotal	1	–	(23.386)	(11.732)	Perda para redução ao valor recuperável "impairment"	(5.728)	44.009	(12.082)	45.351									
(-) Compensação com o ativo	(6.956)	(23.972)	15.459	(19.133)	Outros	12.876	482.199	(63.731)	488.304									
Total	(6.955)	(23.972)	(7.927)	(30.865)	Total	(127.809)	524.188	(108.973)	531.591									
Imposto de renda e contribuição social, diferidos ativos					Controladora		Consolidado											
Imposto de renda e contribuição social, diferidos passivos					2024	2023	2024	2023										
Total					Receitas financeiras	–	–	–	–									
(6.955)					Juros recebidos ou auferidos:	–	–	–	–									
165.949					Sobre títulos a receber/Adiant. a terceiros	622	–	622	5									
101.492					Sobre depósito judicial	–	–	–	7									
168.924					Sobre consórcios	–	–	–	7									
Tendo em vista as incertezas relacionadas ao plano de recuperação judicial, conforme nota 1, a Companhia e suas controladas, conservadoramente, possuem em 31 de dezembro de 2024, provisão para não realização dos saldos de ativos fiscais diferidos no valor de R\$ 1.536.934 e R\$ 1.583.660, em 31 de dezembro de 2023, R\$ 1.233.276 e R\$ 1.233.276, respectivamente.					Sobre Partes Relacionadas	–	–	10.684	–									
18. Patrimônio líquido – Capital Social: O Capital Social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é de R\$ 1.233.895, e está representado por 1.233.895,316 de ações ordinárias de valor nominal R\$ 1,00, sendo 1.233.895,312 da COESA P&E. Em 16 de abril de 2021, conforme instrumento de compra e venda de ações, a Metha alienou as ações da Companhia para COESA P&E, correspondente a 100,00% do Capital Social integralizado. Reserva de reavaliação e custo atribuído próprios e de controladas: Representam a parcela não realizada da reavaliação de terrenos, obras civis, máquinas e equipamentos e veículos. A parcela realizada da reserva de reavaliação baseada na depreciação e alienação dos ativos reavaliados é transferida para prejuízos acumulados, juntamente com os respectivos impostos diferidos registrados pela Companhia. Outras reservas: Compreende, substancialmente, as diferenças cambiais de conversão das operações de controladas no exterior e os efeitos das obrigações de benefícios pós-emprego. Dividendos: O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos anuais mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. 19. Provisões para Contingências – A Companhia possui autos de infração e processos de natureza tributária, civil e trabalhista. Esses autos de infração e processos estão sendo contestados nas esferas administrativa e judicial. A Administração da Companhia, baseada em interpretações dos seus assessores jurídicos responsáveis pela defesa das mencionadas atuações, entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face às perdas esperadas, conforme demonstrado a seguir:					Variação monetária/cambial ativa	569	1.427	570	1.427									
Risco de perda provável:					Descontos obtidos	1.708	339.066	21.775	361.594									
	Controladora		Consolidado		Ajuste a valor justo – Acordo global órgãos públicos	–	(110.495)	–	(110.495)									
	2024	2023	2024	2023	Subtotal	2.899	229.998	372.402	252.538									
Processos tributários	9.152	–	36.978	70.937	Despesas financeiras													
Processos cíveis	299.429	290.280	306.453	293.084	Juros pagos ou provisionados:	–	–	–	–									
Processos trabalhistas	–	47.329	3.770	48.294	Sobre fornecedores	(774)	(409)	(911)	(816)									
Outros	194.605	1.749	194.605	1.749	Sobre obrigações fiscais e sociais	(1.315)	–	(18.939)	(4.543)									
Total não circulante	503.186	339.358	541.806	414.064	Sobre empréstimos e financiamentos	(4.160)	100	(26.578)	(11.957)									
Movimentação das provisões tributárias, cíveis e trabalhistas (Consolidado):					Sobre títulos a pagar/Adiant. de terceiros	(29)	(165)	(30)	(278)									
	Saldo em 2023		Reversão em 2024		Variação monetária/cambial passiva	–	–	(121.732)	–									
	Provisões	Pagamentos	Provisões	em 2024	Sobre fornecedores	–	–	(173.147)	–									
Processos tributários	70.937	–	(33.959)	36.978	Sobre Partes Relacionadas	–	–	(11.325)	–									
Processos cíveis	293.084	13.369	–	306.453	Sobre títulos a pagar/Adiant. de terceiros	–	–	–	–									
Processos trabalhistas	48.294	–	–	3.770	Comissões, despesas bancárias e fianças bancárias	(157)	(897)	(216)	(4.740)									
Outros	1.749	194.605	(1.749)	194.605	Ajuste a valor justo – Acordo global órgãos públicos	–	(144.886)	–	(144.886)									
Total	414.064	207.974	(80.232)	541.806	Outros	–	(25.406)	(1.896)	(25.715)									
Risco de perda possível: A Companhia possui processos administrativos e judiciais que se referem às causas tributárias, cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 65.323 e R\$ 78.257, na Controladora e Consolidado, respectivamente em 31 de dezembro de 2024. Os assessores legais, com base em precedentes e decisões judiciais favoráveis, classificam as chances de perda como possíveis e, portanto, nenhuma provisão foi constituída por não se tratar de uma obrigação legal.					Subtotal	(6.435)	(171.663)	(354.774)	(192.935)									
	Controladora		Consolidado		Total	(3.536)	58.335	17.628	59.603									
	2024	2023	2024	2023	24. Gestão de Risco – As ações de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia pode estar exposta, de modo a definir limites e controles apropriados para o monitoramento desses riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. A tesouraria corporativa da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros, além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia, por meio de relatórios internos que analisam a exposição de acordo com grau e magnitude dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de mercado, crédito, liquidez e taxa de juros de fluxo de caixa. Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro, flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos. Risco de taxa de juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos contratados com taxas variáveis. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras e a maior parte de seus empréstimos atrelados a taxas de juros flutuantes (majoritariamente vinculadas à variação do CDI), conforme disposto na Nota 11.2. As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos também estão vinculadas às variações da TJLP, IGPM e USS. Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros – Consolidado: O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da resolução nº 1.198/09, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% ("Possível") e 50% ("Remoto") da variável do risco considerado.													
Processos tributários	24.213	21.691	24.213	56.506		Risco	Taxa	moeda original	Cenário provável									
Processos cíveis	29.902	32.442.184	41.947	32.456.931						Cenário possível	Cenário remoto							
Processos trabalhistas	11.208	48.115	12.097	70.112	Operação	–	–	–	–									
Total	65.323	32.511.990	78.257	32.583.549	Ativo:	–	–	–	–									
20. Receita líquida					Aplicações financeiras	CDI	5,95%	95	101									
	Controladora		Consolidado								Risco	Taxa	moeda original	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto		
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	101								102	103
Receita bruta:	–	–	–	–	Efeito no patrimônio considerando os cenários:	–	–	–	–	1	2							
Mercado interno	67.201	225.706	141.116	312.753	Para determinar o valor estimado de mercado dos instrumentos financeiros, foram utilizadas as informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. As estimativas não indicam, necessariamente, que tais instrumentos não possam ser operados no mercado diferentemente das taxas utilizadas. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado. A Companhia tem como prática não ficar exposta aos riscos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–		
Mercado externo	–	–	1.486	–	Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas													
Total	67.201	225.706	142.602	312.753		Risco	Taxa	moeda original	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto							
Impostos incidentes sobre a receita	(5.756)	(16.747)	(11.329)	(22.885)													Ativo:	–
Receita líquida	61.445	208.959	131.273	289.868	Aplicações financeiras	CDI	5,95%	95	101	102	103	103						
21. Demonstração do resultado por natureza e função					Efeito no patrimônio considerando os cenários:	–	–	–	–	–	–	–	1	2				
	Controladora		Consolidado								Risco	Taxa	moeda original	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto		
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	Ativo:								–	–
Gastos com pessoal	(28.255)	(51.906)	(44.265)	(70.201)	Para determinar o valor estimado de mercado dos instrumentos financeiros, foram utilizadas as informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. As estimativas não indicam, necessariamente, que tais instrumentos não possam ser operados no mercado diferentemente das taxas utilizadas. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado. A Companhia tem como prática não ficar exposta aos riscos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–		
Serviços de terceiros	(32.688)	(58.413)	(53.876)	(72.977)	Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas													
Gastos gerais	(11.568)	11.280	(39.196)	(2.746)		Risco	Taxa	moeda original	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto							
Aluguéis	(3.904)	(8.847)	(12.856)	(20.559)													Ativo:	–
Utilidades e serviços	(1.169)	(1.966)	(1.506)	(4.249)	Aplicações financeiras	CDI	5,95%	95	101	102	103	103						
Participações de empregados	–	(13)	–	(11)	Total	–	–	–	–	–	–	–	1	2				
					Efeito no patrimônio considerando os cenários:	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–		
					Para determinar o valor estimado de mercado dos instrumentos financeiros, foram utilizadas as informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. As estimativas não indicam, necessariamente, que tais instrumentos não possam ser operados no mercado diferentemente das taxas utilizadas. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado. A Companhia tem como prática não ficar exposta aos riscos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–		
					Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas													
						Risco	Taxa	moeda original	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto							
	Controladora		Consolidado														Ativo:	–
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Gastos com pessoal	(28.255)	(51.906)	(44.265)	(70.201)	Receitas financeiras	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Serviços de terceiros	(32.688)	(58.413)	(53.876)	(72.977)	Juros recebidos ou auferidos:	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Gastos gerais	(11.568)	11.280	(39.196)	(2.746)	Sobre títulos a receber/Adiant. a terceiros	622	–	622	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Aluguéis	(3.904)	(8.847)	(12.856)	(20.559)	Sobre depósito judicial	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Utilidades e serviços	(1.169)	(1.966)	(1.506)	(4.249)	Sobre consórcios	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Participações de empregados	–	(13)	–	(11)	Sobre Partes Relacionadas	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
					Variação monetária/cambial ativa	569	1.427	570	1.427	–	–	–	–	–	–	–	–	–
					Descontos obtidos	1.708	339.066	21.775	361.594	–</								